

Público desconhece campanha contra Congresso

Da tenista ao sindicalista, a opinião é uma só: a imprensa tem razão em denunciar o jeton

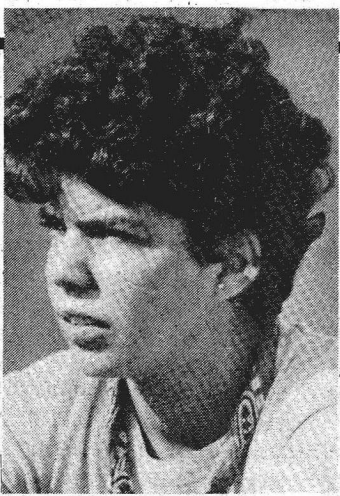
São poucos os temas na área política que conseguem a unanimidade, mas a polêmica envolvendo o pagamento dos jetons aos parlamentares ausentes consegue essa proeza: um taxativo não. De simples populares, esportistas, empresários, jornalistas, médicos, sociólogos, todos concordam num ponto: o Congresso Nacional não pode pagar jetons aos políticos apenas pela simples tradição. A maioria não sabe como resolver a questão mas concorda que as leis que regulamentam a vida parlamentar devem ser revistas, para ficar melhor explicitadas. Mas enquanto isso não ocorre, o Congresso deve cessar essa prática que, como defende a presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, Maria José Conceição, está em desacordo com o momento de austeridade imposto a todos os brasileiros na Nova República.

Os entrevistados não concordam, porém, com a opinião manifestada por políticos de que a imprensa está desenvolvendo uma campanha de

Cláudia Chabalgóit

A tenista Cláudia Chabalgóit considera que a imprensa tem todo o direito de retratar qualquer fato que seja de interesse da opinião pública como o pagamento indiscriminado dos jetons, por exemplo. Ela acredita também que os salários pagos aos deputados está "muito correto", mas ressalta que nenhum parlamentar deve receber gratificações sem comparecer ao plenário. Na sua opinião, "o que os jornalistas dizem é apenas a verdade".

“O salário dos deputados está correto, mas o jeton só deve ser pago a quem comparece às sessões”



desmoralização do Parlamento ao divulgar os nomes dos deputados que não comparecem ao plenário. Todos consideram que "a imprensa está cumprindo o seu papel de dizer a verdade". E a verdade são plenários e comissões vazias e inúmeros projetos que aguardam há meses, e até anos, pela sua aprovação.

Há quem se recuse a opinar, como o reitor da Universidade de Brasília, justificando que, pela sua posição não seria conveniente discorrer sobre o assunto. Outros arriscam alguma sugestão para solucionar o impasse, como o presidente da Associação dos Sociólogos de Brasília, José César Martins, que defende o pagamento diferenciado aos congressistas através da estimativa da produtividade e assiduidade do trabalho parlamentar. Ou a incorporação dos jetons aos salários dos deputados, defendida pelo jornalista Hélio Doyle. Veja, a seguir, os depoimentos.

STELA MARIS CRISOTTI
Da Editoria de Política

Maria da Conceição

“No momento que a classe trabalhadora enfrenta um arrocho salarial nunca visto na história brasileira e luta por reajustes que, pelo menos compensem as constantes perdas salariais, não é justo pagar jetons aos deputados que não comparecem ao plenário para defender os anseios desta população assalariada”. A opinião é de Maria José Conceição, presidente do Sindicato Médico de Brasília ressaltando, no entanto, que o pagamento de jetons aos parlamentares que frequentam assiduamente às sessões é muito justo. “O que não podemos permitir”, diz ela, “é retirar o dinheiro do bolso do trabalhador para remunerar políticos que têm apenas título mas não apresentam projetos, nem comparecem aos debates”.

Maria Conceição entende que o procedimento da imprensa sobre o assunto tem sido “absolutamente correto” já que, segundo ela, o papel dos jornalistas é divulgar a realidade.

Nicanor Farias

Para o presidente da Associação dos Moradores da Ceilândia, Nicanor Farias, o pagamento de jetons só deve ser efetuado àqueles deputados que comparecem ao plenário ou justifiquem a sua ausência. Caso contrário, justifica, o Congresso Nacional comete uma grande injustiça em pagar gratificações a parlamentares que não cumprem a sua tarefa de representar os eleitores que os escolheram. No seu entender, a imprensa cumpre o seu papel quando divulga fatos dessa natureza. “Isso não pode ser confundido, de forma alguma, como uma campanha de difamação contra o Congresso Nacional”, acrescenta. Nicanor Farias acha também que apesar dos parlamentares precisarem ter uma certa “apresentação” os seus salários são muito elevados se comparados com a remuneração recebida pela classe trabalhadora como os bancários, por exemplo.

“Essa estrutura de vencimentos tem de ser mudada com a maior urgência. Precisamos acabar com essa confusão”

Hélio Doyle



Eu entendo que os jetons só devem ser pagos aos deputados que comparecem ao plenário. No entanto, considero muito importante que toda essa estrutura de vencimentos dos parlamentares seja reexaminada com urgência”, declarou o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília, Hélio

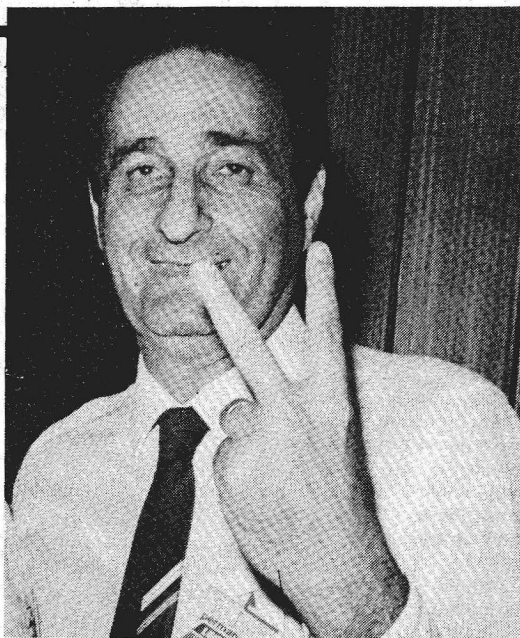
Doyle. Ele explicou que os deputados recebem um salário baixo para pagar o imposto de renda também mais reduzido e os jetons começaram a ser pagos para cobrir essa perda salarial, por esse motivo.

Na sua opinião, os jetons deveriam ser incorporados aos salários através do pagamento pelo conjunto to-

tal do trabalho político em plenário, nas comissões técnicas ou nas articulações políticas de interesse dos eleitores. Hélio Doyle disse ainda que a imprensa tem o direito e o dever de denunciar toda e qualquer irregularidade constatada, principalmente aquelas que sejam de interesse público.

“O deputado não pode legislar em causa própria. Os jetons foram criados para enganar o IR”

Aziz Cury



O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury acha que o Congresso Nacional deveria dar o exemplo a outros setores da sociedade e não apenas a legislar em causa própria, como vem fazendo nos últimos anos.

Ele é contra o pagamento de jetons porque, conforme explicou, estes instrumentos foram criados em defesa da economia dos deputados e senadores. “Os parlamentares recebem um salário baixo para poder pagar menos imposto de renda e os jetons foram incorporados aos seus salários

como forma de compensar esta perda. Depois que essa legislação foi aprovada, nunca houve a exigência de frequência no plenário”. Agora esse mecanismo precisa ser modificado com urgência, através de uma reforma corajosa no Legislativo.

César Martins

O problema do pagamento indiscriminado dos jetons deverá ser analisado seriamente pela Assembleia Nacional Constituinte, mas até lá as mesas da Câmara e do Senado têm que encontrar uma solução urgente para moralizar o funcionamento das duas casas. Esta é a opinião do presidente da Associação dos Sociólogos de Brasília, José César Martins Filho, ressaltando que o presidente da Câmara dos Deputados perdeu uma grande oportunidade de melhorar a imagem do Congresso Nacional no episódio da votação da emenda que propunha as eleições de dois turnos para as capitais.

José Cesar defendeu a necessidade de se medir de alguma maneira, a produtividade e assiduidade dos deputados tanto no plenário como nas comissões técnicas pois, no seu entender, essa medida possibilitaria um pagamento diferenciado aos políticos que trabalham e aqueles que apenas aparecem no Congresso para receber o “salário”. Além disso ele é a favor da adoção de medidas punitivas aos deputados que não cumprem o papel que lhes foi designado. “Se todo povo brasileiro é punido quando não cumpre o seu dever, porque não punir os parlamentares omissores também?” questionou.

Mário Palmério

Se um deputado ou senador trabalha fora do Congresso ele também cumpre o seu papel de parlamentar, mas prefiro deixar para o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães que é um homem experiente e muito sério, decidir sobre este problema. Esta é a posição do escritor Mário Palmério que defendeu a conduta da imprensa no episódio dos jetons explicando que “esses problemas têm de ser sempre debatidos para que se tome a decisão mais correta”.



“O deputado não trabalha apenas no plenário. A palavra final é de Ulysses”

Paranaguá

Na opinião do presidente do comitê de imprensa do Senado Federal, Evandro Paranaguá, existe um equívoco fundamental em toda esta questão, que é centralizar a polêmica em torno da eficácia ou não do Congresso em torno do comparecimento ao plenário, do pagamento de jetons e da remuneração parlamentar, pois conforme explicou, em todas as categorias há os responsáveis e respeitáveis e outros nem tanto. “O fundamental no entanto”, assinala, “é que a notícia para consumo da opinião pública não seja manipulada, como tem acontecido com grande frequência e objetivo determinado: a desmoralização do Legislativo está sendo programada com régua e compasso pelos setores mais reacionários da sociedade que, elegendo uma Constituinte a sua imagem e semelhança, via poder econômico, pretendem manter a democracia da elite, consolidar privilégios e impedir as reformas de estruturas”.